

LUCIA SANO, Jacyntho Lins Brandão, *A Invenção do Romance*, Brasília, UNB, 2005, 291 p., ISBN 8523008144.

Tem-se desenhado nas últimas décadas uma evidente ascensão dos estudos sobre romance antigo. De fato, se a obra de E. Rohde, de 1876, é considerada um marco na crítica da prosa fictícia grega, o crescimento dessa área de estudos só passou a se dar há cerca de quatro décadas. Exemplar da resistência dos classicistas ao gênero do romance (e ao período em que ele provavelmente se originou) foi a sugestão dada, no ano de 1971, pelo então presidente da American Philological Association, Agnes Michels, de banir a recém-criada *Petronian Society* dos encontros futuros da associação, com a alegação de que o “grupo dissidente” não estava sujeito ao controle de qualidade da APA e que seus interesses estavam na fronteira dos estudos clássicos¹.

Por isso mesmo, em seu último livro, *A Invenção do Romance*, JACYNTHO BRANDÃO apresenta esse “derradeiro legado” dos gregos, com o objetivo de discutir suas estratégias narrativas considerando o contexto histórico-cultural de sua criação, mas sem deixar de combater preconceitos que resultam na consideração do romance antigo como um “gênero decadentista”, raso, que repetiria sempre a mesma história do jovem casal apaixonado que por acaso se separa e enfrenta uma série de intempéries até o reencontro e o final feliz. O autor, aliás, não deixa também de chamar a atenção para o fato de que a questão da origem do romance, já muito debatida, muitas vezes foi investigada baseada em uma idéia que não deixa de se revelar um preconceito, de outro tipo, no qual o estudioso empenha-se em resgatar o romance da decadência ao provar suas relações com a “grande literatura”. De fato é possível observar nos exemplares que possuímos dessa ficção grega escrita em prosa diversos aspectos de apropriação da tradição literária e BRANDÃO os discute cuidadosamente.

O livro constitui-se de introdução seguida de sete capítulos, o último deles conclusivo. No primeiro capítulo do livro, em que se pergunta “o que é um romance?”, a resposta oferecida pelo autor é de uma simplicidade que se revelará apenas aparente no decorrer do livro: trata-se de uma narrativa em prosa, de certa extensão, escrita e ficcional.

O segundo capítulo, que trata da narrativa de ficção na Grécia, BRANDÃO inicia com uma análise das teorias de gênero como configuradas em Platão e Aristóteles para situar teoricamente o gênero do romance, investigando os estatutos da narrativa, do narrador, da narração e do narrado na Antiguidade. O capítulo seguinte trata de caracterizar e delimitar o *corpus* dos romances gregos que conhecemos, ainda que alguns apenas por fragmentos ou pelo testemunho

¹ O fato é relatado por G. SCHMELING no prefácio de *The Novel in the Ancient World*, Leiden, Brill, 1996.

de Fócio. O autor sugere uma nova classificação dos romances, cujo critério é sua centralidade temática, reconhecendo-se viagem e amor como os temas recorrentes. Assim, a partir do *corpus* disponível, pode-se dizer que há um romance que apresenta uma forma pura de *erotiká* (entretos de amor), *Dafnis e Cloé*; há aqueles que são exemplares de formas puras de *parádoxa* (narrativas extraordinárias), *As coisas incríveis além da Tule* e *Das narrativas verdadeiras* e, finalmente, os que apresentam uma estrutura híbrida, com a combinação dos dois elementos: *Quéreas e Calirroé*, *Leucipe e Clitofonte*, *As efesíacas*, *As etiópicas*, *As babilônicas*.

No quarto capítulo, BRANDÃO realiza um excelente estudo da função definidora da narrativa que cabe ao narrador. Sua análise inicia-se pela investigação do lugar que ele ocupa no mito, para então avaliar como se dá a passagem à poesia e daí à história, e observando também as estratégias do narrador do diálogo platônico. Em seguida, passa-se à análise da função do narrador nos romances gregos, que expõe as variações que ele aí adquire, ora com sua aproximação do narrador historiográfico, interferindo pouco no texto; ora com a complexidade das narrativas enquadradas como “caixinhas chinesas”, havendo alterância na narração entre o narrador principal e narradores-personagens; ora ao representar-se o narrador com o objetivo aparente de deixar claro ao leitor a representação como processo; ora como o narrador-personagem que se cobre com marcas de autoridade apenas para escancarar o puramente ficcional.

No quinto capítulo do livro, que trata do “narrado”, ou seja, do *diégema*, o “produto da narração”, Brandão investiga dados de sua produção e recepção, argumentando que o surgimento do gênero romance dá-se em um processo social, colocando-se o autor assim oposto às idéias de Rohde, segundo as quais o romance teria se originado de um processo naturalista, e às de Perry, que defende a existência de um primeiro inventor do gênero. Para BRANDÃO, na origem do romance estão um conjunto de obras que apresentam como característica comum a ficção em prosa e que se configuram em um processo no qual o leitor possui papel central, pois é necessário que, para a invenção do romance, a ele se deixe claro que a narração ali feita é intencionalmente fictícia. Em seguida, a análise do *páthos erotikón*, do elemento amoroso predominante no romance, é realizada relacionando-se as narrativas a registros iconográficos. Ao observar como os romances gregos constroem o próprio espaço poético na interação com outros registros artísticos, BRANDÃO observa que eles sempre se realizam como “antigrafia”, ou seja, “o diégema do romance se constrói na diferença, seja com relação a outros gêneros, seja com relação ao próprio romance” (p. 202), guardando traços daquilo que lhe dá origem, mas sofrendo uma série de transformações que acabam por lhe dar a forma romanceada. Interessa sublinhar o processo “gramatofágico” que efetua o narrador do romance sobre outras formas, incorporando habilmente temas e técnicas próprias de outros gêneros, tornando-os romanescos.

No penúltimo capítulo, dedicado à narrativa (*diegematiké téchne*), BRANDÃO enfatiza o caráter pós-antigo do romance, que serve como agente e repre-

sentante da dissolução do cânon clássico, valendo-se seus autores de estratégias de todos os gêneros da Antiguidade, que percebem como herança, o que resulta, enfim, no romance como a própria “representação da narrativa”. Ao investigar de que forma isso se configura na construção diegética romanesca, o autor define como reguladora da ação no romance a *Tykhe*, que promove uma série de acontecimentos fortuitos e surpreendentes, não subjugados à necessidade ou à verossimilhança, cuja conseqüência é, anti-aristotelicamente, uma “ficção do particular”. É interessante ainda o estudo feito sobre o tratamento teatral dado às cenas romanescas, que possibilita a compreensão de que também os movimentos interiores dos personagens recebem expressão exteriorizada, podendo-se afirmar a partir disso que a crítica recorrente aos personagens dos romances gregos — faltaria-lhes “vida interior” — é grosseira generalização.

A dissolução do cânon efetuada pelo romance se dá então, principalmente, por estas três estratégias: o narrador gramatofágico, a realização da narrativa como antigrafia e o uso do que BRANDÃO chama de narrativa pós-mimética, realizando-se no romance uma mimese de segundo grau, complexa, que mimetiza justamente os processos miméticos. “O lugar do romance institui-se justamente na tensão com os outros gêneros, ao expor os mecanismos próprios de cada um e tornar a mimese não mais representação do mundo, mas simplesmente representação” (p. 263).

Se a afirmação de Bakhtin, reproduzida por BRANDÃO (p. 270), de que o romance é o único gênero da literatura ocidental ainda em formação diante dos nossos olhos está correta, *A Invenção do Romance* oferece ao estudante de literatura, não apenas antiga (ou pós-antiga!), uma excelente análise também do seu surgimento, mas principalmente das técnicas narrativas configuradas no corpus dessa ficção grega em prosa, que Brandão prova definitivamente ser complexa e variada.

LUCIA SANO

lucsano@gmail.com

Universidade de São Paulo, Brasil